

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VII
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	IX
NOTAS À 4ª EDIÇÃO	XI

CAPÍTULO I

NOÇÕES GERAIS	1
1. Denominação	2
2. Definição	2
3. Finalidade	3
4. Posição Enciclopédica	4
5. Ciências Auxiliares do Direito Penal	5
6. Outras Ciências que Têm o Crime por Objetivo	6

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DO DIREITO PENAL	7
1. Vingança Privada	7
1.1. Talião	8
1.2. Torá (Antigo Testamento)	8
1.3. Alcorão	8
1.4. Código de Hamurábi	8
1.5. Código de Gortina	9
1.6. Código de Manu	9
1.7. Lei das XII Tábuas	10
1.8. Composição	10

2.	Vingança Divina	11
2.1.	Ordálias	11
3.	Vingança Pública	12
4.	Direito Penal Romano	13
5.	Direito Penal Grego	14
6.	Direito Penal Germânico	15
7.	Direito Penal Canônico	16

CAPÍTULO III

O DIREITO PENAL BRASILEIRO	23	
1.	Direito Penal no Brasil-Colônia	23
2.	As Ordenações Afonsinas	24
3.	As Ordenações Manuelinas	25
4.	As Ordenações Filipinas	25
5.	O Código Criminal do Império	27
6.	O Código Penal da República	28
7.	A Consolidação das Leis Penais	28
8.	O Código Penal de 1940	29
9.	A nova Parte Geral do Código Penal de 1984	29

CAPÍTULO IV

AS ESCOLAS PENAIS	31	
1.	Escola Clássica	31
2.	Escola Positiva	32
3.	Escolas Ecléticas	34
4.	Terceira Escola	34
5.	Escola Sociológica Francesa	35
6.	Escola Moderna da Alemanha	35
7.	Escola do Tecnicismo Jurídico Italiano	36
8.	Escola Correccionalista	36

CAPÍTULO V

FONTES DO DIREITO PENAL	39	
1.	Fonte Material ou de Produção	39

2.	Vingança Divina	11
2.1.	Ordálias	11
3.	Vingança Pública	12
4.	Direito Penal Romano	13
5.	Direito Penal Grego	14
6.	Direito Penal Germânico	15
7.	Direito Penal Canônico	16

CAPÍTULO III

O DIREITO PENAL BRASILEIRO	23	
1.	Direito Penal no Brasil-Colônia	23
2.	As Ordenações Afonsinas	24
3.	As Ordenações Manuelinas	25
4.	As Ordenações Filipinas	25
5.	O Código Criminal do Império	27
6.	O Código Penal da República	28
7.	A Consolidação das Leis Penais	28
8.	O Código Penal de 1940	29
9.	A nova Parte Geral do Código Penal de 1984	29

CAPÍTULO IV

AS ESCOLAS PENAIS	31	
1.	Escola Clássica	31
2.	Escola Positiva	32
3.	Escolas Ecléticas	34
4.	Terceira Escola	34
5.	Escola Sociológica Francesa	35
6.	Escola Moderna da Alemanha	35
7.	Escola do Tecnicismo Jurídico Italiano	36
8.	Escola Correcionalista	36

CAPÍTULO V

FONTES DO DIREITO PENAL	39	
1.	Fonte Material ou de Produção	39

2.	Fontes Formais ou de Conhecimento	40
2.1.	Fonte imediata ou direta	40
2.2.	Fontes mediatas ou indiretas	41
3.	Formas de Procedimentos Interpretativos	42

CAPÍTULO VI

HERMENÊUTICA PENAL	45
---------------------------------	-----------

CAPÍTULO VII

A NORMA PENAL	49	
1.	Características da Norma Penal	50
2.	Classificação das Normas Penais	51

CAPÍTULO VIII

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	55	
1.	Antecedentes Históricos	56
2.	Posição Constitucional	57
3.	O Princípio da Legalidade no Direito Penal Brasileiro	58
4.	FEUERBACH	58
5.	Vedação do Uso da Analogia	58
6.	Extirpação de Penas Cruéis	59
7.	Alcance do Princípio da Legalidade	59

CAPÍTULO IX

VIGÊNCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	61	
1.	Princípios de Direito Penal Intertemporal	61
2.	Regra Geral	61
3.	<i>Novatio Legis</i> Incriminadora	62
4.	<i>Abolitio Criminis</i>	62
5.	<i>Novatio Legis in Pejus</i>	62
6.	<i>Novatio Legis in Mellius</i>	63
7.	<i>Lex Tertia</i> (Combinação de Leis)	64

8.	Lei Intermediária	65
9.	Lei Excepcional ou Temporária.	65
10.	A Ultra-atividade da Norma Penal em Branco.	66
11.	A Retroatividade e a Norma Penal em Branco	66

CAPÍTULO X

TEMPO DE CRIME	69
1. Aplicabilidade da Teoria da Atividade	70

CAPÍTULO XI

A LEI PENAL NO ESPAÇO	73
1. Território.	74
2. Convenções, Tratados e Regras de Direito Internacional	76

CAPÍTULO XII

LUGAR DO CRIME	77
-----------------------------	----

CAPÍTULO XIII

EXTRATERRITORIALIDADE	81
1. Extraterritorialidade Incondicionada	82
2. Extraterritorialidade Condicionada.	83
3. Extradicação.	85
4. Imunidade Diplomática	86
5. Imunidades Parlamentares	86

CAPÍTULO XIV

PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO	89
---	----

CAPÍTULO XV

EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	91
---	----

CAPÍTULO XVI

CONTAGEM DE PRAZO	93
1. Prazos Penais e Prazos Processuais Penais	94
2. Frações não Computáveis da Pena	94

CAPÍTULO XVII

CONCURSO APARENTE DE NORMAS	97
1. Princípio da Especialidade	97
2. Princípio da Subsidiariedade	98
3. Princípio da Consunção	98
4. Princípio da Alternatividade	99
5. Antefato e Pós-fato Impuníveis	99

CAPÍTULO XVIII

DO CRIME	101
1. Conceito Material ou Substancial	101
2. Conceito Formal	101
3. Conceito Legal de Crime no Brasil	101
4. Conceito Analítico ou Doutrinário	102
5. Fato Jurídico	104
5.1. Crime (requisitos)	104
6. Ação Humana	104
7. Teorias da Ação	104
8. Fato Típico	105
8.1. Fato típico	106
8.2. Elementos do tipo	106
9. Antijuridicidade	106
10. Culpabilidade	107
11. Imputabilidade	107
12. Potencial Consciência da Ilicitude	108
13. Exigibilidade de Conduta Diversa	108
14. Crime e Contravenção	109

15. Classificação dos Crimes	109
16. Sujeito Ativo do Crime	120
17. Sujeito Passivo do Crime	120
18. Objeto Jurídico do Crime	120
19. Objeto Material do Crime	120
20. Título Genérico	120
21. Título Específico	120

CAPÍTULO XIX

RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	121
1. Omissão Relevante	122
2. Superveniência de Causa Independente	123

CAPÍTULO XX

CRIME CONSUMADO	127
----------------------------------	------------

CAPÍTULO XXI

CRIME TENTADO	131
1. Tentativa Perfeita	132
2. Tentativa Imperfeita	132
3. Tentativa Idônea	132
4. Tentativa Inidônea	133
5. Tentativa Incruenta	133
6. Tentativa Cruenta	133
7. Tentativa Irreal	133
8. Inadmissibilidade da Tentativa	134
9. Pena Imposta à Tentativa	135

CAPÍTULO XXII

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA	137
1. Definição	137

2. Diferença entre Desistência Voluntária e Tentativa Imperfeita ou Inacabada	138
---	-----

CAPÍTULO XXIII

ARREPENDIMENTO EFICAZ	139
1. Definição	139
2. Diferença entre Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz	139

CAPÍTULO XXIV

ARREPENDIMENTO POSTERIOR	141
1. Definição	141
2. Diferença entre Arrependimento Posterior e Arrependimento Eficaz	142

CAPÍTULO XXV

CRIME IMPOSSÍVEL	143
1. Definição	143
2. Diferença entre Tentativa e Crime Impossível.	144

CAPÍTULO XXVI

DOLO	145
1. Definição	146
2. Modalidades de Dolo	147
2.1. Dolo direto	147
2.2. Dolo direto de primeiro grau	147
2.3. Dolo direto de segundo grau	147
2.4. Dolo indireto	148
2.5. Dolo alternativo	148
2.6. Dolo eventual	148
2.7. Dolo de dano	148
2.8. Dolo de perigo	149

2.9. Dolo genérico	149
2.10. Dolo específico	149
2.11. Dolo geral	149
2.12. Dolo e pena	150

CAPÍTULO XXVII

CULPA	151
1. Definição	151
1.1. Imprudência	152
1.2. Negligência	152
1.3. Imperícia	152
2. Espécies de Culpa	153
2.1 Culpa consciente	153
3. Diferença entre Culpa Consciente e Dolo Eventual	153
4. Culpa Inconsciente	153
5. Culpa Presumida	153
6. Tentativa nos Crimes Culposos	154
7. Compensação e Concorrência de Culpas	154
8. Graduação da Culpa	154

CAPÍTULO XXVIII

AGRAVAÇÃO PELO RESULTADO	157
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO XXIX

DO ERRO	159
1. Erro de Tipo	159
2. Erro de Tipo Essencial	160
3. Erro de Tipo Acidental	162
3.1. Erro sobre objeto (<i>Error in Objecto</i>)	162
3.2. Erro sobre pessoa (<i>Error in Persona</i>)	162
3.3. Erro de execução (<i>Aberratio Ictus</i>)	163
3.4. Erro no crime (<i>Aberratio Criminis</i>)	164

3.5. Erro sobre o curso causal (<i>Aberratio Causae</i>).....	166
4. Erro Provocado por Terceiro.....	166
5. Discriminantes Putativas.....	166
6. Consequências das Discriminantes Putativas.....	167
7. Erro de Proibição.....	168
8. Erro de Proibição Direto.....	168
9. Erro de Proibição Indireto.....	169
10. Erro de Proibição Inevitável.....	169
11. Erro de Proibição Evitável.....	170

CAPÍTULO XXX

COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL.....	171
---------------------------------------	------------

CAPÍTULO XXXI

OBDIÊNCIA HIERÁRQUICA.....	173
1. Subordinação Hierárquica.....	174
2. Ordem de Superior Hierárquico.....	174
3. Competência para Emitir a Ordem.....	174
4. Formalidades Legais.....	174
5. Ordem não Manifestamente Ilegal.....	175
6. Estrita Obediência à Ordem.....	175
7. Consequências Jurídicas.....	175

CAPÍTULO XXXII

ANTIJURIDICIDADE.....	177
1. Teorias da Antijuridicidade.....	177
2. Causas Suprlegais de Exclusão da Antijuridicidade.....	179
3. Consentimento do Ofendido.....	180
4. Ofendículos.....	182
5. Intervenções Médicas e Cirúrgicas.....	184
6. Correção dos Filhos pelos Pais ou Mestres.....	184
7. Violência Desportiva.....	185

CAPÍTULO XXXIII

ESTADO DE NECESSIDADE	187
1. Atualidade do Perigo	188
2. Inevitabilidade do Perigo	188
3. Involuntariedade do Perigo	189
4. Inexigibilidade do Sacrifício do Bem Ameaçado	189
5. Inexistência de Dever Legal de Enfrentar o Perigo (Exclusão da Justificativa)	190
6. Estado de Necessidade Putativo	191
7. Elemento Subjetivo	191
8. Excesso	191

CAPÍTULO XXXIV

LEGÍTIMA DEFESA	193
1. Atualidade ou Iminência de Agressão Injusta	194
2. Resguardo do Direito Próprio ou Alheio	195
3. Emprego dos Meios Necessários à Repulsa	195
4. Moderação no Uso dos Meios Necessários	196
5. Requisito Subjetivo	197
6. Legítima Defesa Putativa	197
7. Legítima Defesa Subjetiva	198
8. Legítima Defesa Contra Legítima Defesa	198
9. Legítima Defesa Contra Estado de Necessidade	198
10. Legítima Defesa Putativa Contra Legítima Defesa Real	199
11. Legítima Defesa Real Contra Legítima Defesa Putativa	199
12. Legítima Defesa Contra Estrito Cumprimento de Dever Legal ou Exercício Regular de Direito	199
13. Diferença entre Legítima Defesa e Estado de Necessidade	200
14. Excesso	200
15. Excesso Intensivo e Extensivo	201
16. Excesso Exculpante e Excesso na Causa	201
17. Legítima Defesa da Honra	201
18. Da Legítima Defesa Contra Agressão de Inimputável	202

19. Repulsa que Lesa Terceiro Inocente	203
20. Da Tentativa na Legítima Defesa	204
21. O Crime Culposos e a Legítima Defesa	205
22. Provocação do Agente	205
23. Legítima Defesa Contra Multidão, na Rixa ou no Duelo	206

CAPÍTULO XXXV

ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL	207
---	------------

CAPÍTULO XXXVI

EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	209
---	------------

CAPÍTULO XXXVII

CULPABILIDADE	211
1. Teorias da Culpabilidade	211
2. Definição	211
3. Imputabilidade	212
4. <i>Actio Libera in Causa</i>	213
5. Critérios ou Sistemas para Definir os Estados de Inimputabilidade	214
6. Potencial Consciência da Ilícitude	215
7. Exigibilidade de Conduta Diversa	216
8. Características do Finalismo	216
9. Quadro Sinótico da Teoria do Crime	217

CAPÍTULO XXXVIII

IMPUTABILIDADE	219
1. Doença Mental	220
1.1. Epilepsia	220
1.2. Esquizofrenia	221
1.3. Senilidade	221
1.4. Paranoia	221
1.5. Neurose	222

1.6. Surdo-mudez	222
1.7. Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC)	222
1.8. Hipnotismo	222
1.9. Sonambulismo	223
1.10. Desenvolvimento mental incompleto	223
1.11. Desenvolvimento mental retardado	224
1.12. Responsabilidade diminuída	224
1.13. Sistema do duplo binário	225
1.14. Sistema vicariante	225

CAPÍTULO XXXIX

MENORIDADE PENAL	227
-------------------------------	-----

CAPÍTULO XL

EMOÇÃO E PAIXÃO	231
------------------------------	-----

CAPÍTULO XLI

EMBRIAGUEZ	233
1. Definição	233
2. Histórico	233
3. Fases	233
4. Embriaguez Voluntária	234
5. Embriaguez Habitual	235
6. Embriaguez Patológica	235
7. Embriaguez Preordenada	235
8. Embriaguez Acidental	236
8.1. Caso fortuito	236
8.2. Força maior	236
9. Embriaguez Acidental Completa, Resultante de Caso Fortuito ou Força Maior	236
10. Embriaguez Acidental Incompleta, Resultante de Caso Fortuito ou Força Maior	236
11. Quadro sinótico	237

CAPÍTULO XLII

CONCURSO DE PESSOAS	239
1. Teorias do Concurso de Agentes	239
2. Noções Gerais	239
3. Teorias	240
4. Autoria	240
5. Coautoria	241
6. Participação	241
7. Concurso Necessário	242
8. Concurso Eventual	242
9. Autoria Mediata	242
10. Natureza Jurídica da Participação	243
11. Elemento Subjetivo da Participação	243
12. Punibilidade	244
13. Circunstâncias Incomunicáveis e Comunicáveis	245
14. Exemplos de Circunstâncias Incomunicáveis	246
15. Exemplos de Circunstâncias Comunicáveis	247
16. Participação Impunível	247
17. Multidão Delinquente	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251